

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



Auditor do TCU Alexandre Marques (à direita) prestou depoimento na CPI ontem e disse que relatório foi usado indevidamente

# CPI vê crime de presidente por uso de relatório paralelo

« PANDEMIA » Relatório produzido por Alexandre Marques foi citado em junho pelo presidente Bolsonaro para contestar número de mortos

Brasília (AE) - Integrantes da CPI da Covid afirmam que presidente Jair Bolsonaro pode ter cometido um crime ao usar um documento adulterado para questionar o número de mortos pela pandemia do novo coronavírus no Brasil. Em junho, o chefe do Executivo atribuiu ao Tribunal de Contas da União (TCU) um levantamento sobre a notificação de mortes, informação desmentida pela Corte.

Nesta terça-feira (17), o auditor do TCU Alexandre Marques prestou depoimento na CPI e assumiu a autoria do documento. Ele alegou que produziu o levantamento internamente e admitiu que o conteúdo não era oficial do TCU. Além disso, Marques reconheceu que não era possível apontar supernotificação com base naquelas informações. E relatou que seu pai, Ricardo Silva Marques, foi quem repassou o documento a Bolsonaro.

"O arquivo não era um papel de trabalho, uma instrução processual, um documento oficial do TCU, nada do tipo. Era apenas um debate preliminar e aberto, mas que foi considerado encerrado", disse o auditor. "Na conversa que tive com a colega que está coordenando o trabalho, concordamos que seria impossível haver um conluio para, deliberadamente, supernotificar os casos de óbitos de covid-19", declarou.

A adulteração foi indicada conforme as alterações que o documento sofreu entre o conteúdo produzido pelo auditor e a divulgação do presidente. De acordo com Marques, o documento foi compartilhado com auditores do TCU em 31 de maio e enviado ao pai em 6 de junho, um dia antes de Bolsonaro citar o relatório paralelo.

Após a declaração de Bolsonaro, uma versão do documento circulou no formato PDF e com selo do TCU, características normalmente usadas em relatórios oficiais. O auditor, no entanto, afirmou que produziu o levantamento no formato Word e sem qualquer inscrição oficial do tribunal.

No dia 8, durante transmissão ao vivo nas redes sociais, Bolsonaro admitiu que mexeu no documento, mas voltou a questionar o número de óbitos. A suspeita foi afastada pelo próprio ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, durante depoimento na CPI da Covid. Queiroga reforçou que os números divulgados diariamente são oficiais e que não há evidências sobre adulteração das informações.

O pai de Alexandre Marques é o coronel da reserva do Exército Ricardo Silva Marques, foi colega de Bolsonaro na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e ocupa um cargo de geren-

O arquivo não era um papel de trabalho, uma instrução processual, um documento oficial do TCU, nada do tipo. Era apenas um debate preliminar e aberto, mas que foi considerado encerrado."

**ALEXANDRE MARQUES**  
Auditor do TCU

te da Petrobras. O auditor negou que seu pai tenha feito alterações e disse não saber a origem da adulteração. "Isso eu não tenho como responder, porque, a partir do momento em que o arquivo cai na mão de outras pessoas... Hoje em dia na internet tudo viraliza, né? Tudo é compartilhado rapidamente, então não tem como eu presumir a autoria de ninguém."

'Indício'  
Para o vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP),

Bolsonaro cometeu crime contra a fé pública, previsto no Código Penal, por "falsificar documento público ou alterar documento público verdadeiro". A conclusão poderá fazer parte do relatório final do colegiado, que avalia solicitar o indiciamento do presidente ao Ministério Público Federal, responsável por investigar o chefe do Executivo em caso de crime comum. "Para mim, é mais um indício forte de crime."

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) disse que Bolsonaro cometeu crime ao não ter questionado a adulteração mesmo sabendo que estava diante de um documento "apócrifo". Para ela, também há indício de falta de decoro. "Ele tinha que perguntar para o seu entorno quem é que fez isso, quem é que manipulou esse documento privado e o transformou falsamente em um documento público. Quem tem conhecimento de um crime como esse se torna cúmplice", afirmou a senadora.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), alegou que o presidente recebeu o documento e levantou os questionamentos porque o número de mortes está diretamente relacionado às regras para envio de recursos financeiros a Estados e municípios. "O presidente teve acesso ao referido documento, que já estava em domínio público."

« AUDIÊNCIA »

## Braga Netto nega papel de 'poder moderador' das Forças

Ministro da Defesa tentou desvincular os militares de qualquer plano de ruptura institucional

Brasília (AE) - Em audiência pública na Câmara, o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, adotou nesta terça-feira (17) tom cauteloso diante da escalada de tensão dos últimos dias entre o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal e procurou amenizar declarações do presidente Jair Bolsonaro de que as Forças Armadas têm papel de "poder moderador" numa eventual crise.

Após o Estádio revelar que Braga Netto condicionou a realização das eleições de 2022 ao voto impresso no País, o general tentou desvincular os militares de qualquer plano de ruptura institucional. Negou que tenha feito ameaça à democracia e, diante de uma plateia de deputados, disse que nunca houve ditadura militar no Brasil. "Se houvesse ditadura, talvez muitas pessoas não estariam aqui", afirmou ele na sessão conjunta das comissões de Relações Exteriores, Fiscalização e Trabalho da Câmara.

Braga Netto se recusou a comentar o aviso de Bolsonaro de que pedirá o impeachment dos ministros do Supremo Luís Roberto Barroso, também presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e Alexandre de Moraes. O presidente alega que os dois "extrapolaram" os limites da Constituição e ainda ontem repetiu que solicitará ao Senado - a quem cabe julgar processos desse tipo - o afastamento dos magistrados.

"Não vou agora tentar cooptar senadores, de uma forma ou de outra, oferecendo alguma coisa para votarem o impeachment deles (ministros do STF)", disse Bolsonaro em entrevista à Rádio Capital Notícias, de Curitiba. "Mas não pode um ministro do Supremo, no caso o Alexandre de Moraes, ele mesmo abre o inquérito, ele investiga, ele julga e ele prende. Não tem nem a participação do Ministério Público, nada. Vai fazer uma busca e apreensão na minha casa?"

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), mostrou que não levará o assunto adiante. "Precipitarmos uma discussão de impeachment, seja do Supremo ou do presidente da República, qualquer tipo de ruptura, não é algo recomendável para um Brasil que espera a retomada do crescimento, a pacificação geral, o combate à miséria e ao desemprego", afirmou Pacheco.

No auge da crise entre os poderes, Braga Netto tem atuado como escudo de Bolsonaro e tenta

agora abrandar o discurso sobre o "papel moderador" dos militares. "O País tem somente três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, que têm de estar harmônicos e independentes. A Força Armada trabalha com o que está em cima do artigo 142 (da Constituição Federal). É isso, sem especulações e sem ilações", declarou.

**Recado**

O ministro da Defesa foi questionado sobre reportagem do Estadão mostrando que, no dia 8 de julho, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), recebeu um recado dele, por meio de importante interlocutor político. Na ocasião, o general pediu para comunicar, a quem interessasse, que não haveria eleições em 2022 sem aprovação do voto impresso. A mudança no sistema eletrônico de votação foi rejeitada depois tanto na comissão especial da Câmara quanto no plenário da Casa.

"Reitero que não envie ameaça alguma, não me comunique com presidentes dos poderes por in-

O País tem somente três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, que têm de estar harmônicos e independentes. A Força Armada trabalha com o que está em cima do artigo 142."

**BRAGA NETTO**  
Ministro da Defesa

termédio de interlocutores. No mesmo dia, ainda pela manhã, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, confirmou publicamente que não houve esse episódio", afirmou Braga Netto. Apesar da declaração do general, Lira não negou o teor da reportagem. Disse apenas que as eleições de 2022 estão asseguradas. O Estádio mantém as informações.

"Quem decide sobre voto impresso não é Vossa Excelência. Quem decide é o Congresso Nacional e a Vossa Excelência caberá obedecer", afirmou o deputado Paulo Teixeira (PT-SP). "E, caso não obedeça, será preso." O general disse que não daria mais opinião sobre voto impresso, embora já tenha divulgado nota defendendo a ideia. "Eu não vou dizer se sou a favor ou não. Estou aqui para esclarecer as posições das Forças Armadas", argumentou.

« PESQUISA »

## Reprovação ao governo atinge 63%, diz XP/Ipespe

Pela primeira vez, 52% consideram que restante do governo Bolsonaro será ruim

São Paulo (AE) - Levantamento feito pela XP Investimentos em parceria com o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe) apontou que 63% desaprovam a administração do presidente Jair Bolsonaro e 29% aprovam a atual gestão. Pela primeira vez, conforme a pesquisa, mais da metade dos entrevistados disse ter expectativa negativa para o restante do mandato: 52% consideram que Bolsonaro fará um restante de governo ruim ou péssimo, e 28% acham que pode ser bom ou ótimo.

A avaliação do governo registrou o pior momento desde o início do mandato. Segundo a pes-

quisa, 54% avaliaram o governo como ruim ou péssimo, e 23% como bom ou ótimo. É o maior percentual de avaliação negativa combinado com o menor índice de positiva registrado pelo levantamento. Para 63% dos entrevistados, a economia segue no caminho errado; para 27%, está no rumo certo. A pesquisa realizou mil entrevistas entre os dias 11 e 14 de agosto, e tem margem de erro de 3,2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

No cenário eleitoral, a pesquisa aponta o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com 40% das intenções de voto, enquanto Bolsonaro tem 24%. Os demais pré-candidatos teriam 10% ou menos. Nas disputas simuladas de segundo turno, Lula tem 51% das intenções de voto, ante 32% de Bolsonaro. Já 17% disseram que votariam em branco ou nulo.

**PEDIDO DE LICENÇA SIMPLIFICADA**  
L. A. Construções Ltda, CNPJ nº 04.320.801/0001-95, situada na Praça José da Penha, nº 141, Ribeira, Natal/RN, torna público que está requerendo a Licença Simplificada, para extração de areia (1.000 m³/mês) para uso na construção civil, em uma área de 10,0 ha, situada na Fazenda Santa Maria, Zona Rural do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN.  
Laercio Bezerra de Araújo Filho - Sócio-Proprietário

**PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO LIMESTONE MARMORES DO BRASIL LTDA, CNPJ 06.086.445/0001-12**, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA a Renovação da Licença de Operação para extração de Calcário para uso como Rocha Ornamental, localizada em Gasparino, Zona Rural, Município de Felipe Guerra, no Estado do Rio Grande do Norte.  
Francisco Demontie Mendes Aragão Filho  
Representante Legal

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00017/2021  
Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel de Souza Lima, 350 - Centro - Riacho de Santana - RN, às 15:00 horas do dia 30 de Agosto de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, objetivando a Contratação de empresa para a Prestação de Serviços de Consultoria Técnica Especializada no Gerenciamento e Apoio às Ações estratégicas da Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Riacho de Santana-RN. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; Decreto Federal nº 7.892/13; e legislação pertinente, consideradas as referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (84) 33870055. E-mail: cplriacho2021@gmail.com. Edital: http://licitafacil.tce.rn.gov.br/, podendo ser solicitado também pelo e-mail indicado. Riacho de Santana - RN, 17 de Agosto de 2021  
CID LEITE VIEIRA - Pregoeiro Oficial

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00016/2021  
Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel de Souza Lima, 350 - Centro - Riacho de Santana - RN, às 10:00 horas do dia 30 de Agosto de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Fornecimento de materiais para aviamento, costura e utensílios natalinos destinados a manutenção das Secretarias Municipais deste Município de Riacho de Santana-RN. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; Decreto Federal nº 7.892/13; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (84) 33870055. E-mail: cplriacho2021@gmail.com. Edital: http://licitafacil.tce.rn.gov.br/, podendo ser solicitado também pelo e-mail indicado. Riacho de Santana - RN, 17 de Agosto de 2021  
CID LEITE VIEIRA - Pregoeiro Oficial

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2021-SRP  
O Município de Santa Cruz/RN (Prefeitura Municipal), através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, devidamente nomeados através da Portaria nº 172/2021, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", visando o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de estrutura física para realização de eventos alusivos e de interesse do Município de Santa Cruz/RN, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, devendo ser observadas as seguintes disposições: **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 31/08/2021, às 09h00min. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h20min do dia 31/08/2021. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, ou através do e-mail: licitacoes@hotmail.com, de segunda a sexta-feira.  
Santa Cruz/RN, 17 de agosto de 2021.  
Carlos Antônio de Pontes  
Pregoeiro